

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | N°. 3 | Ano 2024

EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

**Eduardo Junio Ferreira
Santos**

Instituto Federal de Goiás - IFG
eduardo.santos@ifg.edu.br

MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL: projeto de partidos políticos específicos?

*Militarization of Public Schools in Brazil: A
Project of Specific Political Parties?*

Resumo: Trata-se de pesquisa de caráter documental, situada no campo das políticas educacionais, seu objetivo é levantar os partidos políticos que participaram da militarização de escolas públicas no Brasil entre 1990 e 2019, para responder às perguntas: quais partidos políticos, à frente do poder executivo no momento da efetivação da militarização, conduziram o processo? A militarização é política de partidos específicos? Em quais unidades federativas registra-se a militarização de escolas públicas? Para classificação inicial dos dados levantados, utiliza-se das contribuições teóricas de Goulart (2022) e Santos (2022). Por sua vez, a análise dos dados se submete à ótica dos preceitos teóricos desenvolvidos por Aquino (2014), Freitas (2018) e Chagas (2024). Ao final, considerando-se uma análise nacional, pôde-se concluir que a militarização de escolas públicas não é política de partidos específicos, pois gestores pertencentes a diferentes espectros políticos levaram a cabo projetos de militarização. Aponta-se também que a militarização é uma política peculiar de terceirização da gestão e que pode ser compreendida como uma resposta descabida a discursos falaciosos que versam sobre indisciplina, violência e fracasso escolar.

Palavras-chave: Militarização; Escolas públicas; Partidos Políticos; Terceirização.

Abstract: *This is a documentary research situated in the field of educational policies. Its objective is to identify the political parties that participated in the militarization of public schools in Brazil between 1990 and 2019, in order to answer the following questions: which political parties, leading the executive branch at the time of the militarization process, were responsible for carrying it out? Is militarization a policy of specific political parties? In which federative units is the militarization of public schools recorded? For the initial classification of the data collected, the theoretical contributions of Goulart (2022) and Santos (2022) are used. In turn, data analysis follows the theoretical precepts developed by Aquino (2014), Freitas (2018), and Chagas (2024). Finally, considering a national analysis, it was possible to conclude that the militarization of public schools is not a policy exclusive to specific parties, as leaders from different political spectrums carried out militarization projects. It is also noted that militarization is a peculiar policy of outsourcing management and can be understood as an inappropriate response to misleading discourses regarding indiscipline, violence, and school failure.*

Keywords: *Militarization; Public Schools; Political Parties; Outsourcing.*

1. Introdução

O crescimento do neoconservadorismo no Brasil e a própria chegada da extrema-direita ao governo federal em 2019 trouxeram consigo, para o debate nacional sobre educação, um destaque para as chamadas genericamente “escolas militares. Como é notório, fazia parte da agenda da extrema direita, a difusão das chamadas “escolas cívico-militares”, as quais foram institucionalizadas por meio do Decreto Federal nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que criou o Programa de Escolas Cívico-militares (Pecim) (Brasil, 2019a). Além disso, o governo federal criou também a Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-militares no organograma do Ministério da Educação (MEC), cujo objetivo era fomentar e acompanhar a adesão de escolas públicas municipais e estaduais ao PECIM (Brasil, 2019b).

Apesar disso, a inserção de militares na gestão de escolas e a inserção do modo de funcionamento do quartel na lógica escolar não foram inaugurados por meio do projeto de Escolas-cívico militares, promovido pelo governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), uma vez que a transferência de escolas públicas civilizadas para a alçada de militares ou forças militares data pelo menos de 1990 (Santos *et al.*, 2019; Santos *et al.*, 2022).

Tal quadro demanda atenção dos pesquisadores em políticas educacionais para compreender os rumos desses projetos, pois apesar de estarem em desacordo com a legislação brasileira – conforme demonstram Ximenes *et al.* (2019) -, tais projetos seguem se expandindo. De forma mais específica, faz-se necessário também tentar mapear os partidos políticos que têm levado a cabo tal política, visto que, aparentemente há agentes que reivindicam para si tal agenda e há também aqueles que a negam.

Como ponto de partida desta apresentação, cabe assinalar que, de forma panorâmica, diversas pesquisas publicadas já identificaram duas políticas divergentes para a educação básica brasileira envolvendo militares, porém, com algumas conexões ideológicas. Em linhas gerais, trata-se de: 1) Criação de escolas militares públicas de educação básica – política que nos remonta ao século XIX, que teve momentos de crescimento pontual, mas que não ganhou força significativa nas últimas décadas; 2) Política de militarização de escolas públicas civilizadas – movimento que se inicia na década de 1990 de forma localizada e pontual, tem momentos de expansão até meados de 2012 e, posteriormente, passa a crescer de forma mais perceptível (Goulart, 2022; Santos, 2020; Santos *et al.*, 2019). Sob a alcunha generalizadora de “escola militar”, as duas políticas são apresentadas à sociedade por diferentes agentes e setores do poder público como um mesmo projeto. Este artigo tem como objeto de análise a segunda política descrita: a militarização de escolas públicas.

Conforme apontam Reis *et al.* (2019), o Programa de Escolas Cívico-militares (Pecim) causou ainda mais confusão na compreensão das políticas de militarização da educação, pois poderia induzir setores da população a pensar que essa política é inédita. Sabe-se, no entanto, que tal programa se constitui como uma política tributária de processos anteriores, promovidos até então, de forma difusa, por unidades federativas e municípios.

Esse quadro, portanto, exige que os pesquisadores olhem um pouco para trás, se

debruçando também sobre as políticas anteriores a 2019, para se compreender o cenário que antecedeu a criação do PECIM e verificar até que ponto a militarização de escolas públicas é ou não uma política tributária exclusivamente à extrema direita. Por isso, este trabalho se propõe a fazer um levantamento dos partidos políticos que participaram, estando à frente do respectivo poder executivo (como governadores ou prefeitos), da militarização de escolas públicas no Brasil entre 1990 e 2019. Assim, esta pesquisa toma como recorte, dados referentes à militarização da educação, antes da complexificação do quadro com a entrada do governo federal como mais um agente indutor de tais políticas. O ano de 1990 como recorte inicial, se deve ao fato de Santos (2020) e Santos *et. al.* (2022) terem demonstrado que naquele ano tem-se o registro da primeira militarização de uma escola pública no Brasil.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é apresentar o número de escolas militarizadas ano a ano, tendo como centralidade: identificar os partidos políticos que estavam a frente do processo em cada unidade federativa e município que militarizaram escolas. Assim, busca-se responder às seguintes perguntas: Quais partidos políticos, à frente do poder executivo no momento da efetivação oficial do projeto, conduziram o processo? A militarização é política de partidos específicos? Em quais unidades federativas registra-se a militarização de escolas públicas? Após a exposição dos dados, apresentam-se reflexões sobre os resultados encontrados a partir dos estudos de Freitas (2018), Aquino (2014) e Chagas (2024).

2. Metodologia

Durante o período de 2018 a 2020, construiu-se um grande banco de dados com informações de periódicos, blogs, sites governamentais, sites privados, publicações acadêmicas (livros, artigos científicos, ensaios, dissertações e teses), decretos, projetos de lei e leis sobre escolas de educação básica militares ou militarizadas. A construção desse complexo catálogo foi parte de um procedimento de busca, interpretação e sistematização de dados com fontes que subsidiaram a investigação de mestrado em Educação de Santos (2020), que tratou de apresentar um mapa da militarização de escolas públicas no Brasil no período que compreendeu os anos de 1990 a 2019. Apesar de dispor de dados brutos (não tratados ou sistematizados) sobre os partidos políticos que conduziram a militarização - dados esses que podem ser consultados nos Apêndices da publicação referenciada - o autor optou, devido ao recorte de pesquisa estabelecido, por não explorar as informações referentes aos partidos políticos que conduziram cada um dos processos de militarização mapeados na pesquisa citada.

Santos (2020), a partir de informações capturadas nos primeiros procedimentos de busca, iniciou uma investigação ativa nos diários oficiais de cada uma das 27 unidades federativas ao longo do ano de 2018. Após um período de análise, pôde catalogar diversos instrumentos oficiais, que funcionavam como dispositivos administrativos para a militarização de unidades escolares públicas ou para a criação de escolas militares. Findada essa etapa, o autor analisou cada uma das unidades escolares para compreender se se tratava de uma escola militar ou militarizada, conforme critérios estabelecidos pelo autor.

Ao se analisar os dados das escolas militarizadas, procurou-se pelo nome do prefeito (no caso de escolas municipais) e ou governador (no caso de escolas estaduais e também de escolas municipais) que assinou(aram) o documento que permitiu a militarização da unidade. Em seguida, buscou-se, nos bancos de dados da Justiça Eleitoral, o partido ao qual o gestor estava filiado na data da assinatura do documento que instituiu a militarização. Dessa forma, foi possível inserir nos Apêndices da dissertação, informações relativas ao partido ao qual estava filiado o gestor na data em que assinou o dispositivo administrativo (lei, decreto-lei, acordo de cooperação) que militarizou a unidade escolar mapeada¹. Este artigo apresenta e analisa, portanto, os dados relacionados aos respectivos partidos políticos dos gestores responsáveis pela militarização das unidades escolares descritas no catálogo disponível por Santos (2020).

3. Análise e discussão de resultados

De acordo com o banco de dados que subsidia este artigo, contabilizam-se 240 escolas militarizadas em todo o país, que sofreram essa intervenção entre 1990 e dezembro de 2019. Dentre essas, 155 são estaduais e 85, municipais. Entre 1990 e 2016, registrou-se apenas escolas estaduais militarizadas; a partir de 2017, no entanto, catalogou-se também a militarização de escolas municipais. A seguir, serão expostos primeiro os dados sobre as estaduais e, em seguida, sobre as municipais.

3.1 Escolas Estaduais militarizadas

Das 155 escolas estaduais militarizadas em todo o país, o levantamento demonstra que no Mato Grosso, o então chamado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) estava à frente do poder executivo estadual quando da militarização de uma unidade escolar em 1990; por sua vez, o Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) levou a cabo a militarização de quatro unidades em 2017 e três em 2018.

Em Rondônia, o PMDB militarizou uma escola em 1991, uma em 2014 e cinco em 2017. No Amazonas, o PMDB transformou uma unidade em militarizada em 1994; o Partido da Mobilização Nacional (PMN) militarizou uma em 2010 e outra em 2012; o Partido Social Democrático (PSD) transformou outra escola também em 2012; por fim, o Partido Republicano da Ordem Nacional (PROS) militarizou cinco unidades em 2016 e uma em 2017.

Já em Goiás, registrou-se a militarização de 59 unidades escolares estaduais entre 1999 e 2018, tendo à frente o PSDB: uma em 1999, outra em 2000; três em 2002; uma em 2006; nove em 2013; três em 2014; nove em 2015; sete em 2016; três em 2017; e 22 em

¹ Os nomes dos partidos políticos serão apresentados, neste artigo, conforme registro oficial dado ao partido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na data do documento consultado que institucionalizou a militarização da unidade escolar catalogada. Dessa forma, antes de 2018, por exemplo, registra-se "PMDB"; após 2018, registra-se "MDB" (TSE, 2018). O mesmo vale para o "PFL", que, após junho de 2007, passou a ser denominado "DEM" (Câmara dos Deputados, 2007). Apresentar-se-á dados correlacionados a tais partidos agrupados em um mesmo item apenas nos gráficos, com o objetivo de facilitar a compreensão das informações sintetizadas.

2018; por fim, em 2019, uma unidade foi militarizada pelo Partido Democratas (DEM).

Na Bahia, o então Partido da Frente Liberal (PFL) militarizou duas escolas em 2005; oito em 2006 e uma em 2007. Por sua vez, o Partido dos Trabalhadores (PT) militarizou duas em 2018.

No Maranhão, o PFL militariza uma escola em 2005 e outra em 2007; já sob o governo do PMDB são militarizadas duas unidades em 2010; e em 2017, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) militariza duas escolas.

No Tocantins, o PMDB militariza dez escolas: uma em 2009; outra em 2012; uma em 2016; seis em 2018 e outra em 2019. Ainda em 2019, agora sob o governo do DEM, são militarizadas outras duas unidades.

Por sua vez, no Piauí, o PT militariza uma unidade em 2015.

Já em Roraima, o Partido Progressista (PP) militariza 18 escolas entre 2016 e 2018: duas em 2016; uma em 2017 e 16 em 2018.

Por sua vez, no Amapá, sob a gestão do Partido Democrático Trabalhistas (PDT), foram militarizadas duas unidades em 2017 e uma em 2018.

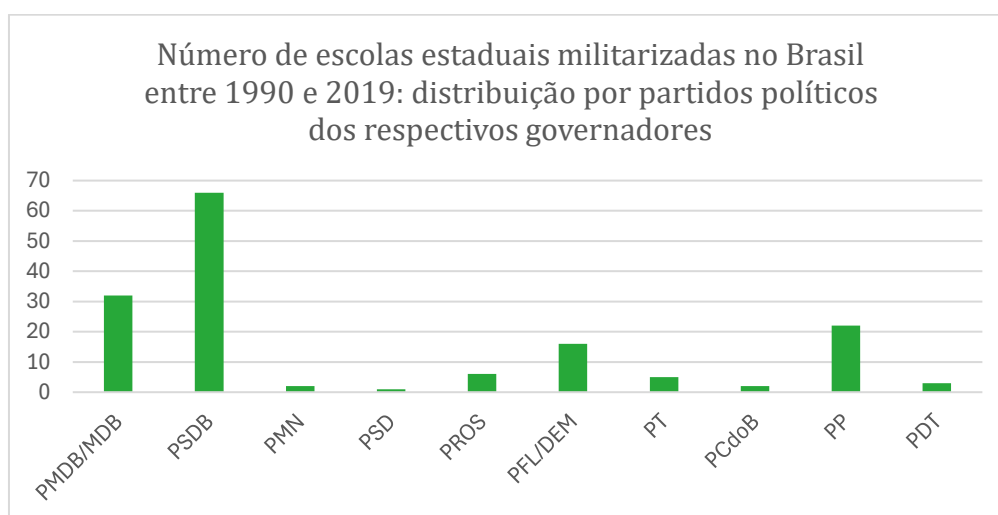
No Acre, o PT militarizou duas escolas em 2018 e o PP, uma em 2019.

Por sua vez, no Pará, o Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) militarizou uma escola em 2018.

No Distrito Federal, o MDB militariza dez unidades em 2019.

Finalizando a exposição dos dados sobre as escolas estaduais (e distritais), registramos a militarização de três unidades no Paraná, sob a gestão do PP, em 2019.

Para facilitar a visualização dos dados expostos, apresenta-se a seguir um gráfico (Figura 1)² com uma visão panorâmica dos dados descritos acima:



² Conforme se observa na Figura 1, optou-se por agrupar os dados referentes às militarizações conduzidas pelo “PMDB” e “MDB”, visto que “MDB” é a sigla do novo nome assumido pelo PMDB a partir de 2018. O mesmo foi feito com o “PFL”, que a partir de 2007 passou a ser chamado de “DEM”.

Figura 1 - Número de escolas estaduais militarizadas no Brasil entre 1990 e 2019: distribuição por partidos políticos dos respectivos governadores. Fonte: Santos (2020).

Desde uma perspectiva nacional, conforme se observa na Figura 1, pode-se ranquear a militarização de escolas estaduais por partidos políticos tendo o PSDB na liderança com 66 unidades militarizadas (42,58% das 155 escolas militarizadas por governos estaduais); seguido pelo PMDB/MDB, com 32 (20,66%); PP, com 22 (14,19%); PFL/DEM, 16 (10,32%); PROS, seis (3,87%); PT, cinco (3,23%); PDT, três (1,94%); PMN e Pcdob, com duas escolas militarizadas por cada um deles (1,29%, cada um) e; PSD, uma (0,65%).

3.2 Escolas Municipais militarizadas

Em relação às 85 escolas municipais militarizadas entre 2017 e 2019, registra-se sua distribuição entre cinco unidades federativas: Maranhão (oito), Amazonas (três), Bahia (66), Goiás (sete) e Pará (uma). Cabe destacar que nos estados do Maranhão, Amazonas, Bahia e Pará, os municípios firmaram acordos com o poder executivo estadual para viabilizar a transformação de suas escolas municipais. Já em Goiás, as prefeituras militarizaram as unidades por meio de acordos entre as respectivas prefeituras e Organizações Sociais (OS) e Organizações não Governamentais (ONG), dirigidas por policiais militares, ou seja, a militarização das escolas municipais de Goiás, catalogadas no banco de dados consultado, não contou com um acordo oficial entre a Polícia Militar de Goiás (PMGO) e as respectivas prefeituras.

Dessa forma, para os fins de análise desta pesquisa, é importante considerar os dados referentes aos partidos políticos que estavam à frente do poder executivo estadual e municipal, sobretudo, quando se registra acordos entre a respectiva Polícia Militar (dirigida pelo executivo estadual) e secretarias municipais de educação (pastas sob jurisdição das respectivas prefeituras). Mesmo não havendo registro de acordos entre os municípios das escolas municipais militarizadas em Goiás e a PMGO, cabe também registrar o partido do governador da época, uma vez, que as escolas carregam a ideia da militarização, que, por sua vez, se inspira na atmosfera de intensa militarização de escolas estaduais goianas. Ressalta-se, no entanto, que a leitura desse dado deve ser feita considerando tal especificidade.

Em relação aos dados catalogados, registra-se que as municipais do Maranhão, foram militarizadas quando o estado está sob o governo do PCdoB, no total somam-se oito escolas. Em 2017, foram militarizadas duas unidades sob a gestão municipal do PSDB. Em 2018, o PMN, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o PCdoB militarizam, cada um, uma escola. Já em 2019, registrou-se a militarização de uma pelo Partido Republicanos (PRB) e duas pelo PTB.

Por sua vez, duas das três municipais militarizadas no Amazonas, sofreram a intervenção quando o executivo estadual está estava sob a gestão do PMDB, em 2017, e uma foi militarizada quando o estado estava sob a gestão do Partido Social Cristão (PSC), em 2019. As três unidades foram militarizadas por gestor municipal do PDT.

Na Bahia, foram militarizadas 66 escolas municipais, em 60 municípios diferentes,

entre 2018 e 2019, quando o estado estava sob o governo do PT. Em 2018, considerando as gestões municipais, o PP e o PT militarizaram, cada um, uma unidade, e o PSD, duas. Já em 2019, temos uma militarização pelo Partido Social Liberal (PSL); uma pelo PRB; uma pelo Partido Verde (PV); uma pelo Partido Popular Socialista (PPS); duas pelo PTB; três pelo PSDB; três pelo PSB; quatro pelo PT; cinco pelo MDB; sete pelo PDT; sete pelo DEM; sete pelo PP e 16 pelo PSD.

Em Goiás, em 2018, o PDT, PP e MDB militarizam, cada um deles, uma escola. Já em 2019, o PSDB, PSD, PDT e PSB militarizam, também cada um deles, uma unidade escolar. Para fins de registro, uma vez que as municipais de Goiás não realizaram acordos diretos com a PMGO, destaca-se que à época o estado estava sob o governo do PSDB.

Por fim, no Pará, uma escola municipal foi militarizada em 2019, quando tanto o governo do estado, como o município que militarizou uma escola estavam sob gestões do MDB.

Para facilitar a exposição dos dados, apresenta-se a seguir, na Figura 2, um gráfico com o número de unidades escolares municipais militarizadas, distribuídas pelos partidos políticos dos respectivos governadores que estavam a frente do poder executivo estadual à época da militarização:

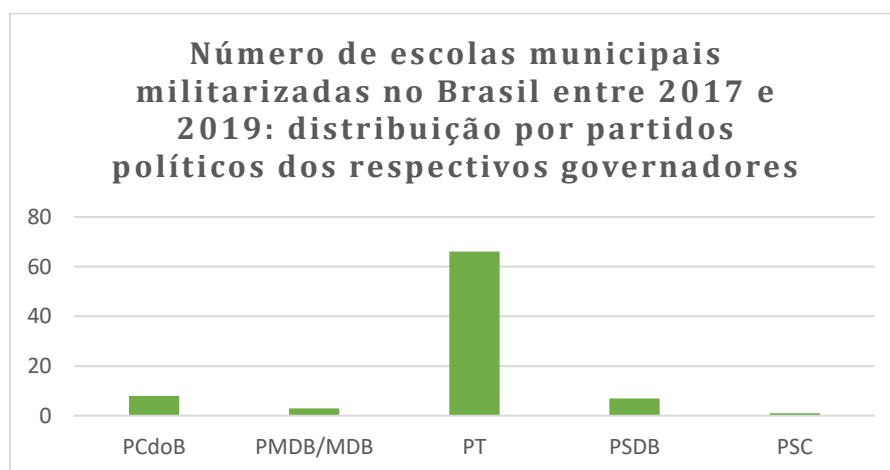


Figura 2 - Número de escolas municipais militarizadas no Brasil entre 2017 e 2019: distribuição por partidos políticos dos respectivos governadores. Fonte: Santos (2020).

Desde uma perspectiva nacional, conforme se observa na Figura 2, pode-se ranquear a militarização de escolas municipais, considerando-se o partido do governador do respectivo estado, tendo o PT na liderança com 66 unidades militarizadas (77,65% das 85 escolas municipais catalogadas); seguido pelo PCdoB, com oito (9,41%), PSDB, com sete (8,24%); PMDB/MDB, com três (3,53%) e; PSC, com uma (1,18%).

Apresenta-se na Figura 3, outro gráfico, desta vez também com o número de unidades escolares municipais militarizadas, porém, distribuídas pelos partidos políticos dos respectivos prefeitos que estavam a frente do poder executivo municipal à época da militarização:



Figura 3 - Número de escolas municipais militarizadas no Brasil entre 2017 e 2019: distribuição por partidos políticos dos respectivos prefeitos. Fonte: Santos (2020).

Analisando-se os dados apresentados na Figura 3, pode-se ranquear a militarização de escolas municipais, considerando-se o partido do prefeito do respectivo município, tendo o PSD na liderança com 19 unidades militarizadas (22,35% das 85 escolas catalogadas); seguido pelo PDT, com 12 unidades (14,12%); o PP contabiliza oito (9,41%); PMDB/MDB e DEM estiveram a frente, cada um deles, da militarização de sete escolas (8,24%); PSDB e PT, seis cada um (7,06%); PSB, cinco (5,88%); PTB, quatro (4,71%); PRB, PR e PSC contam 2 unidades cada um (2,35% cada partido); por fim, PMN, PCdoB, PSL, PV e PPS estiveram a frente, cada um deles, da militarização de uma unidade escolar municipal (1,18%).

4. Considerações finais

Como se nota, tanto em relação às escolas estaduais, quanto em relação às municipais, a política de militarização não pode ser considerada como prática de governos de determinados partidos políticos. Ao contrário, partidos que se autodenominam como pertencentes a divergentes espectros políticos (tanto os que se reivindicam mais à direita, como os que se autointitulam mais à esquerda) implementaram tais projetos.

Cabe ressaltar, no entanto, que a exposição dos dados em perspectiva macro, e tendo como recorte informações apenas sobre prefeitos e governadores, pode ocultar divergências e disputas políticas locais, que não poderiam ser capturadas em uma exposição como esta. Tendo o intuito de compreender como os partidos políticos vem se posicionando frente a militarização de escolas (projetos em desacordo com as normas jurídicas brasileiras para a educação), faz-se necessário seguir investigando a temática para que se possa mapear, por exemplo, como vêm se posicionando as diferentes bancadas de vereadores e deputados estaduais (e distritais), nas unidades federativas e municípios onde há militarização de escolas públicas. De todo modo, os dados aqui apresentados revelam uma tendência ao apoio à militarização de escolas públicas vindo dos principais partidos políticos atuais.

Em relação ao cenário descrito ao longo deste artigo, cabe considerar que desde os anos 1990, há pressões de setores empresariais para promover reformas de caráter

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

privatista nos sistemas públicos de ensino (Freitas, 2018). A militarização de escolas públicas, no entanto, não pode ser considerada como uma terceirização clássica, uma vez que, na maioria dos casos tal projeto é implementado por meio de acordos entre dois entes públicos (Secretarias de Educação e Polícias, em alguns casos também, Guardas municipais).

No entanto, ao se observar o caso das unidades municipais militarizadas em Goiás, vê-se uma terceirização clássica, conforme as análises de Freitas (2018), uma vez que a implantação do projeto se deu via acordos entre municípios e o chamado terceiro setor. Além disso, conforme demonstrado em estudo de caso de Ferreira (2018), a militarização impõe às escolas uma lógica de gestão empresarial, com características disciplinares que se submetem a uma ordem típica da hierarquia militar, com proximidades com as lógicas empresariais para a educação (cobrança de taxas para manutenção da escola, seleção de alunos por meio de mecanismos tácitos, controle do tempo escolar e da organização pedagógica com base em preceitos empresariais etc.).

Nesse sentido, também as investigações de Chagas (2024) sobre a militarização de unidades estaduais goianas apontam que tal projeto impõe às escolas uma lógica privatista, que pode ser observada ao se projetar as taxas arrecadas pelas escolas e que funcionam como um mecanismo que transfere a responsabilidade do Estado pelo financiamento da escola para as famílias. Dessa forma, é possível afirmar que a militarização promove um modelo diferente de terceirização da gestão escolar.

Portanto, tendo em vista que em diferentes setores, diversos partidos operaram com uma política de avanço da privatização de serviços públicos e de austeridade fiscal, a militarização de escolas pode ser lida também como parte dessa tendência de avanço do capital sobre o setor público. No entanto, tal análise não é capaz de explicar todo o cenário descrito nos dados apresentados neste artigo, uma vez que, faz-se necessário compreender o papel, por exemplo, do avanço das pautas conservadoras como elemento de legitimação social da militarização.

Nesse sentido, Aquino (2014) pode nos dar algumas pistas ao demonstrar que a escola pública vem sofrendo pressões ao longo de décadas para se enquadrar em uma lógica disciplinadora mais rígida, com o objetivo de responder a discursos falaciosos que versam sobre fracasso escolar e crescimento da violência e indisciplina nas escolas. Assim, é possível cogitar que a legitimação da militarização e sua consequente expansão encontra vazão em uma ideia difundida pelo senso comum de que a escola pública não funciona. Tal ideia, por sua vez, é agravada pela precarização das instalações escolares e da carreira de docentes e funcionários das escolas. Dessa forma, a militarização encontra um campo propício para se expandir, pois frente a escolas públicas precarizadas, a militarização de escolas surge como uma solução fácil, capaz de entregar um serviço “menos precário”, contando com o financiamento das famílias, por meio do pagamento de taxas. Além disso, a truculência policial pode também funcionar como um mecanismo de propaganda, ao se apresentar como uma solução para a “indisciplina escolar”.

Por fim, cabe salientar que a militarização de escolas segue avançando e que os dados aqui apresentados revelam um quadro que se situa entre 1990 e 2019. As análises desse período são importantes para que se possa ter pistas de como, por exemplo, o PECIM foi implantado entre 2020 e 2023. Portanto, é necessário seguir mapeando tal

processo para que se possa apresentar dados atualizados posteriormente.

5. Referências

AQUINO, Julio. **Da autoridade pedagógica à amizade intelectual**: uma plataforma para o éthos docente. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. **Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Brasília, 2019a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10004.htm. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança**. Brasília, 2019b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10195.htm#art8. Acesso em: 19 ago. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **TSE homologa mudança de nome do PFL para Democratas**. 13 jun. 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/101325-tse-homologa-mudanca-de-nome-do-pfl-para-democratas/>. Acesso em: 29 set. 2024.

CHAGAS, Ana Paula Borges. **Militarização das Escolas Estaduais Goianas**: outra face da privatização da educação em Goiás. 2022. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Goiás, Inhumas, 2024.

FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. **“Gestão Militar” da Escola Pública em Goiás**: um estudo de caso da implementação de um colégio estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos. **A Reforma Empresarial da Educação**: Nova Direita, Velhas Ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GOULART, Janaina Moreira de Oliveira. **A militarização das escolas no estado de Goiás e os sentidos da desdemocratização do ensino público**. Rio de Janeiro, 2022. Tese (Doutorado em Educação): Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

REIS, Livia Cristina Ribeiro dos; ALVES, Miriam Fábica; SANTOS, Eduardo Junio Ferreira; SILVA, Frederiko Luz; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. Militarização de escolas públicas e o governo Bolsonaro. **Tecnia: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFG**, v. 4, n. 2, p. 227-235, 2019. Disponível em: <https://revistas.ifg.edu.br/tecnica/issue/view/11/showToc>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências.** 2020. 442 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11015>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira; ALVES, Miriam Fábria. Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, p. e09144, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/9144>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SANTOS, Catarina de Almeida; ALVES, Miriam Fábria; MOCARZEL, Marcelo; MOEHLECKE, Sabrina. Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 580, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/99295>. Acesso em: 18 ago. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Aprovada mudança do nome do partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).** Maio, 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Maio/aprovada-mudanca-do-nome-do-partido-do-movimento-democratico-brasileiro-pmdb>. Acesso em: 29 set. 2024.

XIMENES, Salomão Barros; STUCHI, Carolina Gabas; MOREIRA, Márcio Alan Menezes. A militarização das escolas públicas sob o enfoque de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 612, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/96483>. Acesso em: 18 ago. 2024.

Eduardo Junio Ferreira Santos

Licenciado em Letras Português e Espanhol pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Mestre em Educação também pela UFG; Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica no Instituto Federal de Goiás (IFG).